

Campanha Global pela Educação

Documento informativo sobre as áreas prioritárias de enfoque estabelecidas pelo Plano Estratégico 2023-2027

Educação para a Paz

1. Contexto

A educação para a paz tem estado historicamente ligada à procura de soluções estruturais para conflitos, sejam eles sociais, políticos, militares ou mesmo interpessoais. A criação da Organização das Nações Unidas, sobre os fundamentos da antiga Liga das Nações, e a consequente adopção da Carta Internacional dos Direitos Humanos, marcou um momento decisivo na luta pelos direitos humanos e pelo direito humanitário, que envolveu gradualmente as escolas e todas as práticas e ambientes educacionais.

As dolorosas lições aprendidas com o Holocausto Negro Africano (Maafa) e com a Shoah Hebraica, com os genocídios indígenas na América, e com os que ocorreram em Gaza, no Congo, em Ruanda, na Arménia, na Chechénia e na República Dominicana, entre muitos outros, contribuíram para a construção dos valores de igualdade, justiça, dignidade e liberdade através da educação.

Outras lutas históricas que contribuíram enormemente para a construção da consciência social para a paz devem ser reconhecidas, como as lutas constantes pela emancipação das mulheres e das pessoas LGBTQI+.

Contudo, os conflitos ocorridos após a criação da ONU e o surgimento de regimes de facto em todos os continentes, que conduziram a ditaduras ferozes e estados de emergência, motivaram diversas iniciativas na UNESCO e na ONU, destinadas à promoção de culturas de paz. Estas iniciativas encontraram apoio transcendental com a criação da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em 1946, (actualmente Conselho de Direitos Humanos, criado em 2006), da Universidade para a Paz das Nações Unidas, em 1980, e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em 1993.

A criação destas instituições foi sustentada graças à crescente preocupação académica e à participação directa dos professores e da comunidade da educação na totalidade. De facto, a experiência das duas guerras mundiais e da Guerra Civil Espanhola levou a comunidade

educacional a reconsiderar a finalidade da história no currículo de ensino, levando a uma convergência com os princípios da educação para a paz¹.

Este contexto deu origem a iniciativas de longo alcance, como o [Programa Mundial para a Educação dos Direitos Humanos \(2005 – em curso\)](#) e a [Campanha Global para a Educação para a Paz](#).

2. O Plano Estratégico da CGE (2023-2027)

O actual Plano Estratégico da CGE levantou preocupações sobre o aumento do autoritarismo e das ameaças à democracia, que incluem não só o encerramento de espaços de participação, mas também a repressão de protestos sociais pacíficos e legítimos, e a criminalização de estudantes e professores.

Como movimento baseado nos direitos, a CGE está empenhada em continuar a promover os nossos pedidos fundamentais por uma educação gratuita, inclusiva e de qualidade que contribua para sociedades justas, sustentáveis e pacíficas e:

- A CGE desenvolverá um conjunto de posições políticas e recursos de informação/aprendizagem sobre estes elementos para apoiar a advocacia e campanhas conjuntas, como parte das nossas campanhas globais que visamos Educação Relevante: competências para a vida, trabalho e cidadania, e contribuição para sociedades sustentáveis e pacíficas, com o ODS4.7.

A CGE pede aos governos e aos decisores em todos os níveis para:

- Priorizar o financiamento para a educação em emergências, aplicando uma abordagem com nexo de desenvolvimento-humanitário-paz.
- Investir em professores para estarem melhor equipados e preparados para ensinar os alunos sobre riscos de catástrofes e mudanças climáticas, saúde, direitos humanos, causas e consequências de conflitos e como viver e interagir pacificamente; e apoiar a segurança e o bem-estar dos alunos e colegas, quando e após a ocorrência de um desastre.

3. Desafios críticos

O agravamento dos conflitos sociais, políticos e militares em todas as regiões do mundo é significativa e parece que a busca pela paz não é o tema principal da agenda de resolução de

¹ https://www.icip.cat/wp-content/uploads/2021/01/policy_paper_09_eng.pdf

conflitos. Por consequência, as vidas de crianças e mulheres, mas não só delas, continuam a perder-se dramaticamente e com impunidade, sem alcançar progressos significativos, ou pior, retrocesso, na procura de uma paz duradoura.

As divergências geopolíticas persistem por trás de muitos destes conflitos, mas na maioria dos casos, a guerra também é inflamada pelo racismo, pela intolerância e por muitas outras formas violentas e subtis de discriminação. A Campanha Global pela Educação está convencida de que nenhuma paz duradoura seria alcançada sem justiça. Os sistemas de justiça devem trabalhar para a paz. Igualmente importante, os sistemas educativos devem promover uma cidadania global que reconheça e proteja a dignidade e a igualdade intrínseca dos seres humanos e o direito inalienável das pessoas à autodeterminação.

A educação deve contribuir significativamente para a paz, como forma de construir valores, conhecimentos, atitudes, competências e comportamentos para viver em harmonia consigo mesmo, com os outros e com o meio-ambiente. Contudo, a educação, por si só, não é necessariamente concebida como um instrumento de mudança. Pelo contrário, poderá ser um precursor da desigualdade e da violência, se os seus objectivos não promoverem os valores e conhecimentos necessários para viver em paz.

Dito isto, para que a educação se torne um motor de paz, é necessário que o seu conteúdo, a sua prática e a governação, incluindo as dimensões da pedagogia e do ensino, estejam em sintonia com os propósitos estabelecidos no Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A relação paz-direitos humanos é, portanto, crucial para alcançar os objectivos desejados, para que as estratégias defensivas da sociedade civil sigam sempre o princípio de que não temos direito a qualquer educação, mas a uma que promova a dignidade humana e o desenvolvimento pacífico, dentro do quadro da plena realização dos direitos humanos como modo de vida.

4. Próximos passos

Aprender a viver juntos é um caminho crítico para a educação e a aprendizagem contínua em todos os níveis e modalidades. Portanto, o papel da educação na construção e manutenção da paz, e mais especificamente o papel dos professores na educação para a paz, é fundamental para compreender o conflito e encontrar formas de uma resolução sólida.

Para se envolver numa pedagogia transformadora para a construção da paz, o papel dos professores deve ser redefinido. Os professores precisam da disposição, do conhecimento, da competência e do comprometimento necessários para envolver os alunos em práticas e pensamentos críticos e criativos. Os professores também devem tornar-se étnicos, religiosos,

de género e ir além da classe social para compreenderem o impacto das suas identidades étnicas e das características dos alunos nas suas práticas e interacções na sala de aula.

A construção de capacidades é então crucial para todos os actores na educação e isto requer, por um lado, um financiamento adequado e sustentável e, por outro, a sensibilidade do Estado e a decisão política para adoptar e implementar políticas públicas transformadoras, que abranjam todo o sistema educacional e além.

A educação para a paz não é um apelo à docilidade e submissão, mas à construção de ambientes de igualdade, respeito e harmonia. Paradoxalmente, isto requer a formação de culturas e pedagogias de resistência à violência, à exploração e ao ódio. As pedagogias de resistência são uma prática necessária para criar condições de tomada de decisão horizontal e, portanto, requerem a construção de uma ética de igualdade que inclua uma forte visão de género e uma sensibilidade para a interacção com todos os grupos etários, étnicos e religiosos.

A resistência apela para contrariar e até a denunciar os mecanismos de domínio social que induzem ou produzem violência. Isto implica que as culturas de paz não devem ser entendidas como espaços de passividade, mas antes pelo contrário, de desenvolvimento activo de propostas construtivas de convívio pacífico e de mudança positiva. Os sistemas educativos devem tornar-se um espaço de diálogo em todos os níveis, incluindo o diálogo intergeracional.

As organizações da sociedade civil, em geral, e a Campanha Global pela Educação, em particular, são chamadas a exigir as mudanças necessárias para que os sistemas educacionais cumpram o seu papel na construção de culturas de paz. Além disto, a CGE deve mobilizar os seus membros para provocar as mudanças sociais urgentes necessárias para manter mecanismos de conciliação ágeis e eficazes em face aos conflitos.